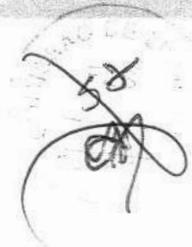




ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I.I – APÊNDICE AO TERMO DE REFERÊNCIA: ETP – ESTUDO TÉCNICO
PRELIMINAR

A nova história continua

TERMO DE REFERÊNCIA



Nº 2025.03.12 - SEIM

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40 e 41, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto nº 011/2024.

1.2. Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição dos Lotes e especificações dos serviços;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento; e
- III) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO

2.1. Órgão(s) Interessado(s):

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.

2.2. Objeto:

AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE ACARAPE/CE.

2.3. Modalidade de Licitação:

O processo será realizado através de Dispensa de Licitação, de acordo com o Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, alterada pelo Decreto nº 11.871/2023.

2.4. Justificativa:

A contratação de um registro de preços para a aquisição de fardamentos para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do município de Acarape-CE se faz necessária para garantir a padronização e identificação dos servidores que atuam nessas áreas. Além disso, a disponibilidade de fardamentos adequados e de qualidade é fundamental para garantir a segurança e o conforto dos colaboradores durante a execução de suas atividades, contribuindo para a eficiência e eficácia dos serviços prestados à população.

A realização de um registro de preços possibilita a obtenção de melhores condições comerciais, por meio da negociação de preços e condições de pagamento mais vantajosas,



53

bem como a garantia de fornecimento dos fardamentos de forma ágil e eficiente, sempre que necessário. Dessa forma, a administração pública poderá atender de forma mais eficiente às demandas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à comunidade de Acarape-CE.

Portanto, a contratação de um registro de preços para a aquisição de fardamentos para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do município de Acarape-CE se justifica pela necessidade de garantir a padronização, segurança e conforto dos servidores, bem como pela busca de melhores condições comerciais e agilidade no fornecimento dos materiais, visando sempre a melhoria na prestação dos serviços públicos à população local.

2.5. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme anexo a seguir:

→ ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000003/2025

→ Data de publicação no PNCP: 03/12/2024

2.6. Descrição da solução como um todo:

O município de Acarape-CE, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, pretende realizar um registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos. A medida visa atender as necessidades da secretaria, garantindo que os funcionários estejam devidamente uniformizados para a execução de suas atividades. O processo será realizado de acordo com a lei 14.133 de licitações públicas do Brasil, que estabelece normas para aquisições e contratações públicas. A escolha do fornecedor será feita por meio de licitação, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. A contratação será realizada conforme a demanda, garantindo o uso eficiente dos recursos públicos.

DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. As despesas resultantes do presente objeto correrão a conta da seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	PROJETO-ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS	VALOR ESTIMADO
07	01	15.122.0007.2.037.0000	3.3.90.30.00	R\$ 58.897,04

3.2. Valor global estimado:

R\$ 58.897,04 (Cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e quatro centavos).

3.3. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Cotações e Orçamentos do município, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.



4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

A contratação pública para aquisição de fardamentos pode gerar impactos ambientais significativos. O processo de produção de vestuário envolve o uso de recursos naturais, como água e energia, além da emissão de gases de efeito estufa. Além disso, muitos tecidos são feitos de fibras sintéticas, que não são biodegradáveis e podem poluir o meio ambiente.

A indústria têxtil também é conhecida por seu uso intensivo de produtos químicos, que podem ser prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana. Esses produtos químicos podem contaminar os recursos hídricos e o solo durante o processo de produção e também após o descarte dos fardamentos.

Além disso, o descarte inadequado de fardamentos pode contribuir para o problema do lixo têxtil. Muitas vezes, as roupas são descartadas em aterros sanitários, onde podem levar centenas de anos para se decompor. Isso não apenas ocupa espaço valioso, mas também pode liberar gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas.

Para mitigar esses impactos, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE pode optar por fardamentos feitos de materiais sustentáveis, como algodão orgânico ou fibras recicladas. Além disso, pode-se incentivar a reciclagem ou reutilização de fardamentos antigos, reduzindo assim a quantidade de resíduos gerados. A adoção de práticas de compras sustentáveis pode desempenhar um papel importante na minimização dos impactos ambientais associados à produção e ao descarte de fardamentos.

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO

5.1. Local de entrega do Objeto

5.1.1. O produto deverá ser entregue em até **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA**.

5.1.2. O produto deverá ser entregue no(a) nos locais determinados pela **CONTRATANTE**, a ser informado na **ORDEM DE COMPRA**.

5.2. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização da entrega

5.2.1. O fornecimento do produto licitado deverá ser feito de forma integral, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de **ORDEM DE COMPRA**, pelo órgão demandante, constando a relação e a quantidade de itens a serem entregues.

5.2.2. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.



5.2.3. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

5.2.4. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

5.3. Prazo para entrega

5.3.1. O produto deverá ser entregue em até **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, a contar da emissão da **Ordem de Compra, que será enviada à contratada através de e-mail** ou outro meio que comprove o seu recebimento.

5.3.2. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA** deverá ser entregue em remessa única.

6. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

6.1.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

6.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



6.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.9. Pós conclusão dos procedimentos quanto ao recebimento, serão realizados os atos correspondentes a liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Forma de pagamento

6.2.1. A liquidação da despesa e o Pagamento serão efetuados na proporção de entrega dos produtos, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

6.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.2.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.2.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.1. Da forma de apresentação das propostas:

8.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.

8.1.2. A licitante deverá garantir a execução dos serviços sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



A nova história continua

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ORDEM DE SERVIÇOS, nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

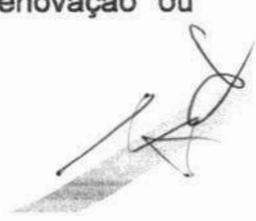
9.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.





9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

10.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 14.133/21.

10.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2.2. Atestar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



Handwritten signature and initials.

10.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

10.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

f) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Handwritten signature.

135

i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

p) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

q) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

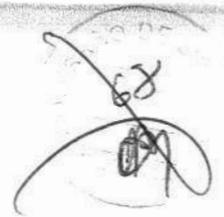
r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

s) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

u) Assinar e devolver a ORDEM DE SERVIÇOS ao Município de Acarape/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

v) Executar os serviços licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇOS, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos



anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

w) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

x) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

y) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

z) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de ACARAPE/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anomalia que verificar quando da execução do contrato.

aa) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

b.4) deixar de apresentar amostra;

b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

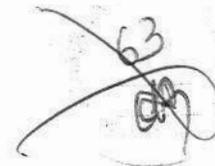
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

Assua história continua



- g) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- h) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- i) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

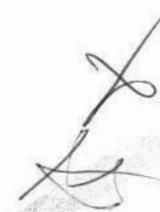
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





64
AM

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

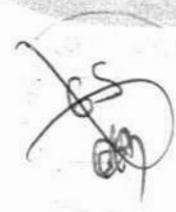
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

A nova história continua.



12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

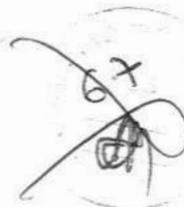
12.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

ACARAPE/CE, 12 DE MARÇO DE 2025.

RAIMUNDO NONATO DE ANDRADE FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE



ANEXO I – AO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO ITEM:

1.1. Justificativa quanto ao quantitativo: A definição dos quantitativos deu-se com base em levantamento pautado pelo histórico de utilização de exercícios anteriores e/ou em consonância com as necessidades das possíveis contratações prospectadas a longo prazo de vigência contratual, estipuladas por este(s) órgão(s).

1.1.1. Os quantitativos totais estipulados, bem como, a definição dos parâmetros e quantitativos para efeitos de formulação de proposta de preços constam do Anexo I deste Projeto Básico/Termo de Referência.

A) DOS QUANTITATIVOS TOTAIS DA LICITAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QNT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO (G) - SEIM CAMISA DE ALGODÃO, COR CINZA, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO G.	UND	6	R\$ 57,20	R\$ 343,20
2	CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO (GG) - SEIM CAMISA DE ALGODÃO, COR CINZA, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO (GG).	UND	6	R\$ 57,40	R\$ 344,40
3	CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO (M) - SEIM CAMISA DE ALGODÃO, COR CINZA, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA.	UND	6	R\$ 57,20	R\$ 343,20
4	BERMUDA DE BRIM LARANJA (G) 46 A 48 - SEIM BERMUDA DE BRIM COM ELÁSTICO, COR LARANJA, FAIXA REFLETIVA PADRÃO ABNT/NBR COR CINZA E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO G 46 A 48.	UND	24	R\$ 72,98	R\$ 1.751,52
5	BERMUDA DE BRIM LARANJA (M) 42 A 44 - SEIM BERMUDA DE BRIM COM ELÁSTICO, COR LARANJA, FAIXA REFLETIVA PADRÃO ABNT/NBR COR CINZA E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO (M) 42 A 44.	UND	30	R\$ 72,58	R\$ 2.177,40
6	BERMUDA DE BRIM LARANJA (P) DO 38 A 40. - SEIM BERMUDA DE BRIM COM ELÁSTICO, COR LARANJA, FAIXA REFLETIVA PADRÃO ABNT/NBR COR CINZA E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO (P) DO 38 A 40.	UND	24	R\$ 72,58	R\$ 1.741,92
7	BONÉ ÁRABE AZUL OU AMARELO - SEIM BONÉ ÁRABE AZUL OU AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR.	UND	60	R\$ 40,88	R\$ 2.452,80
8	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 36 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 36.	PARES	5	R\$ 163,33	R\$ 816,65
9	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 37 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 37.	PARES	5	R\$ 163,33	R\$ 816,65
10	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 38 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 38.	PARES	12	R\$ 163,33	R\$ 1.959,96

A nova história continua



11	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 39 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 39.	PARES	20	R\$ 163,33	R\$ 3.266,60
12	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 40 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 40.	PARES	30	R\$ 163,33	R\$ 4.899,90
13	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 41 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 41.	PARES	30	R\$ 163,33	R\$ 4.899,90
14	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 42 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 42.	PARES	40	R\$ 163,33	R\$ 6.533,20
15	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 43 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR Nº 43.	PARES	6	R\$ 163,33	R\$ 979,98
16	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 44 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT Nº 44.	PARES	6	R\$ 163,33	R\$ 979,98
17	BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 45 - SEIM BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR Nº 45.	PARES	6	R\$ 163,33	R\$ 979,98
18	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 38 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 38.	PARES	12	R\$ 105,00	R\$ 1.260,00
19	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 39 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 39.	PARES	12	R\$ 105,00	R\$ 1.260,00
20	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 40 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 40.	PARES	20	R\$ 105,00	R\$ 2.100,00
21	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 41 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 41.	PARES	30	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00
22	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 42 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR Nº 42.	PARES	40	R\$ 105,00	R\$ 4.200,00
23	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 43 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 43.	PARES	6	R\$ 105,00	R\$ 630,00
24	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 44 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 44.	PARES	6	R\$ 105,00	R\$ 630,00
25	BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 45 - SEIM BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 45.	PARES	6	R\$ 105,00	R\$ 630,00
26	CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO AZUL (G) - SEIM	UND	6	R\$ 60,20	R\$ 361,20

A nova história continua



69

	CAMISA DE ALGODÃO, COR AZUL ESCURO, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO G.				
27	CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO AZUL (GG) - SEIM CAMISA DE ALGODÃO, COR AZUL ESCURO, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO GG.	UND	6	R\$ 60,40	R\$ 362,40
28	CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO AZUL (M) - SEIM CAMISA DE ALGODÃO, COR AZUL ESCURO, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO M.	UND	6	R\$ 60,20	R\$ 361,20
29	CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V (G) - SEIM CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V MANGA CURTA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, COM BOTÕES, FAIXA REFLEXIVA COR CINZA PADRÃO ABNT/NBR, COM LOGOTIPO/TEXTO NO BOLSO DA FRENTE E NAS COSTAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO G.	UND	40	R\$ 86,50	R\$ 3.460,00
30	CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V (GG) - SEIM CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V MANGA CURTA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, COM BOTÕES, FAIXA REFLEXIVA COR CINZA PADRÃO ABNT/NBR, COM LOGOTIPO/TEXTO NO BOLSO DA FRENTE E NAS COSTAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO GG.	UND	30	R\$ 87,00	R\$ 2.610,00
31	CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V (M) - SEIM CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V MANGA CURTA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, COM BOTÕES, FAIXA REFLEXIVA COR CINZA PADRÃO ABNT/NBR, COM LOGOTIPO/TEXTO NO BOLSO DA FRENTE E NAS COSTAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO M.	UND	30	R\$ 86,50	R\$ 2.595,00
VALOR TOTAL:				R\$ 58.897,04	



ANEXO II – AO TERMO DE REFERÊNCIA RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica** da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- a.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).

b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira

c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)

c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).



A nova história continua



28
[Handwritten signature]

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d. Qualificação Técnica

d.1. Comprovação de aptidão para a Execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

e. Declarações

e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do termo de referência e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[Handwritten signature]

de noua história contada



e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



07

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
148

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.25.01.17.C5E-04 - DATA: 17/01/2025

Categoria:	MATERIAL
-------------------	----------

1. PROBLEMA RESUMIDO

Problema de padronização e reposição de fardamentos para os servidores da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do município de Acarape-CE, tornando necessário o registro de preços para garantir a aquisição futura e eventual desses itens.

2. CLASSIFICAÇÃO DA PRETENSA CONTRATAÇÃO

O objeto de contratação pública em questão, que é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE, se classifica como uma Compra, de acordo com a Lei 14.133 de Licitações. Esta classificação se dá pois o objeto envolve a aquisição de bens, no caso, os fardamentos. A modalidade Registro de Preços é utilizada para contratações futuras e eventuais, garantindo agilidade e eficiência no processo de aquisição quando necessário.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de um registro de preços para a aquisição de fardamentos para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do município de Acarape-CE se faz necessária para garantir a padronização e identificação dos servidores que atuam nessas áreas. Além disso, a disponibilidade de fardamentos adequados e de qualidade é fundamental para garantir a segurança e o conforto dos colaboradores durante a execução de suas atividades, contribuindo para a eficiência e eficácia dos serviços prestados à população.

A realização de um registro de preços possibilita a obtenção de melhores condições comerciais, por meio da negociação de preços e condições de pagamento mais vantajosas, bem como a garantia de fornecimento dos fardamentos de forma ágil e eficiente, sempre que necessário. Dessa forma, a administração pública poderá atender de forma mais eficiente às demandas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à comunidade de Acarape-CE.

Portanto, a contratação de um registro de preços para a aquisição de fardamentos para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do município de Acarape-CE se justifica pela necessidade de garantir a padronização, segurança e conforto dos servidores, bem como pela busca de melhores condições comerciais e agilidade no fornecimento dos materiais, visando sempre a melhoria na prestação dos serviços públicos à população local.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano Anual de Contratação (PAC) do Município de Acarape-CE prevê, em conformidade com a nova lei de licitação 14.133, o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos. Estes serão destinados à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, atendendo suas necessidades operacionais.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Capacidade Técnica: A empresa contratada deve demonstrar capacidade técnica para fornecer os fardamentos conforme as especificações exigidas pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Isso inclui a produção de uniformes de alta qualidade, duráveis e adequados para o uso no ambiente de trabalho.
2. Regularidade Fiscal e Trabalhista: A empresa deve estar em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas, conforme estabelecido pela Lei 14.133. Isso inclui a apresentação de certidões negativas de débitos, comprovando sua regularidade.
3. Menor Preço: A contratação será realizada pelo critério de menor preço, desde que a empresa atenda a todos os requisitos técnicos e legais. A empresa deve apresentar uma proposta de preço competitiva e justa.
4. Sustentabilidade: A empresa deve demonstrar compromisso com práticas sustentáveis, conforme estabelecido pela Lei 14.133. Isso pode incluir o uso de materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental na produção dos fardamentos.
5. Prazo de Entrega: A empresa deve ser capaz de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos pela Secretaria



08

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
149
RUBRICA

de Infraestrutura e Meio Ambiente. Atrasos na entrega podem resultar em penalidades.

6. Garantia: A empresa deve fornecer garantia para os fardamentos fornecidos, assegurando que os produtos estão livres de defeitos de fabricação e que atendem às especificações acordadas.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para a aquisição de fardamentos para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE, conforme a lei 14.133 de licitações públicas, é uma etapa crucial para garantir a eficiência e a economicidade do processo. Esse estudo deve considerar os preços praticados no mercado, a qualidade dos produtos oferecidos, a capacidade de fornecimento dos potenciais licitantes, entre outros aspectos relevantes. A pesquisa pode ser realizada por meio de consultas a fornecedores, análise de contratações similares de outros órgãos públicos e consulta a bancos de dados de preços.

A partir desse levantamento, é possível estabelecer o valor estimado para a contratação, que deve ser realista e compatível com os preços de mercado. A lei 14.133 também prevê que o edital de licitação deve conter a justificativa para o valor estimado, com base nos dados coletados na pesquisa de mercado. Além disso, o levantamento de mercado contribui para a definição dos critérios de julgamento das propostas, que devem priorizar a obtenção do melhor custo-benefício para a administração pública.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O município de Acarape-CE, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, pretende realizar um registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos. A medida visa atender as necessidades da secretaria, garantindo que os funcionários estejam devidamente uniformizados para a execução de suas atividades. O processo será realizado de acordo com a lei 14.133 de licitações públicas do Brasil, que estabelece normas para aquisições e contratações públicas. A escolha do fornecedor será feita por meio de licitação, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. A contratação será realizada conforme a demanda, garantindo o uso eficiente dos recursos públicos.

8.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE ITENS A SEREM CONTRATADOS

As especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

Descrição	Unid. Medida	Quant
*CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO (G) CAMISA DE ALGODÃO, COR CINZA, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO G.	UNIDADE	6
*CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO (GG) CAMISA DE ALGODÃO, COR CINZA, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO (GG)	UNIDADE	6
*CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO (M) CAMISA DE ALGODÃO, COR CINZA, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA.	UNIDADE	6
BERMUDA DE BRIM LARANJA (G) 46 A 48 BERMUDA DE BRIM COM ELÁSTICO, COR LARANJA, FAIXA REFLETIVA PADRÃO ABNT/NBR COR CINZA E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO G 46 A 48.	UNIDADE	24
BERMUDA DE BRIM LARANJA (M) 42 A 44 BERMUDA DE BRIM COM ELÁSTICO, COR LARANJA, FAIXA REFLETIVA PADRÃO ABNT/NBR COR CINZA E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO (M) 42 A 44.	UNIDADE	30

X



509
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
150
P. 1

BERMUDA DE BRIM LARANJA (P) DO 38 A 40. BERMUDA DE BRIM COM ELÁSTICO, COR LARANJA, FAIXA REFLETIVA PADRÃO ABNT/NBR COR CINZA E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO (P) DO 38 A 40.	UNIDADE	24
BONÉ ÁRABE AZUL OU AMARELO BONÉ ÁRABE AZUL OU AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR	UNIDADE	60
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 36 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 36	PARES	5
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 37 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 37	PARES	5
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 38 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 38	PARES	12
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 39 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 39	PARES	20
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 40 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 40	PARES	30
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 41 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 41	PARES	30
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 42 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 42	PARES	40
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 43 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR Nº 43	PARES	6
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 44 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT Nº 44	PARES	6
BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO Nº 45 BOTA DE COURO CANO CURTO S/ CADARÇO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR Nº 45	PARES	6
BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 38 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 38	PARES	12
BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 39 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 39	PARES	12
BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 40 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 40	PARES	20



10
OK

BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 41 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 41	PARES	30
BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 42 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR Nº 42	PARES	40
BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 43 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 43	PARES	6
BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 44 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 44	PARES	6
BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO Nº 45 BOTA DE PVC SEM FORRO SOLADO AMARELO DE ACORDO COM O PADRÃO ABNT/NBR Nº 45	PARES	6
CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO AZUL (G) CAMISA DE ALGODÃO, COR AZUL ESCURO, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO G.	UNIDADE	6
CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO AZUL (GG) CAMISA DE ALGODÃO, COR AZUL ESCURO, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO GG.	UNIDADE	6
CAMISA DE ALGODÃO GOLA POLO AZUL (M) CAMISA DE ALGODÃO, COR AZUL ESCURO, MANGA CURTA, GOLA POLO E SILK DO EMBLEMA DA PREFEITURA. TAMANHO M.	UNIDADE	6
CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V (G) CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V MANGA CURTA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, COM BOTÕES, FAIXA REFLEXIVA COR CINZA PADRÃO ABNT/NBR, COM LOGOTIPO/TEXTO NO BOLSO DA FRENTE E NAS COSTAS COMFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO G.	UNIDADE	40
CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V (GG) CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V MANGA CURTA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, COM BOTÕES, FAIXA REFLEXIVA COR CINZA PADRÃO ABNT/NBR, COM LOGOTIPO/TEXTO NO BOLSO DA FRENTE E NAS COSTAS COMFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO GG.	UNIDADE	30
CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V (M) CAMISA TIPO BATA GARI COM GOLA V MANGA CURTA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, COM BOTÕES, FAIXA REFLEXIVA COR CINZA PADRÃO ABNT/NBR, COM LOGOTIPO/TEXTO NO BOLSO DA FRENTE E NAS COSTAS COMFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO M.	UNIDADE	30

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS
157
RUBRICA

8.2. ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS

O valor preliminar previsto no PCA é de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).



9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto de contratação pública, que é o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE, pode ser entregue de forma fracionada em lotes. Isso significa que a entrega dos fardamentos não precisa ser feita de uma só vez, mas pode ser dividida em várias partes, conforme a necessidade da Secretaria. Assim, a entrega pode ser mais flexível e adaptada às demandas da Secretaria.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O processo de contratação para aquisição de fardamentos para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de Acarape-CE seguirá as fases do DFD, Cotação e ETP, conforme a lei 14.133 de licitações públicas. Inicialmente, será elaborado o Documento de Formalização da Demanda (DFD), detalhando a necessidade dos fardamentos. Em seguida, será realizada a Cotação, buscando os melhores preços e condições de fornecimento. Por fim, será realizado o Estudo Técnico Preliminar (ETP), para garantir a viabilidade técnica e econômica da contratação.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

O objeto de contratação pública em questão visa estabelecer um registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos, com o objetivo de atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE. A intenção é garantir a disponibilidade de uniformes para os funcionários da secretaria, permitindo que eles realizem suas atividades de maneira adequada e identificável, além de promover a imagem organizada e profissional da instituição.

A contratação desse objeto está em conformidade com a lei 14.133 de licitações, que estabelece normas para licitações e contratos administrativos. Através desse processo, busca-se a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionando a proposta mais vantajosa para a administração pública. O registro de preços permitirá a aquisição de fardamentos conforme a necessidade, evitando a compra excessiva e o desperdício de recursos públicos.

Os resultados pretendidos com a contratação desse objeto incluem a eficiência na aquisição de fardamentos, a economia de recursos públicos e a satisfação das necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Além disso, espera-se que o processo de licitação seja transparente e justo, em conformidade com a lei 14.133, garantindo a igualdade de oportunidades para todos os licitantes interessados e a obtenção do melhor custo-benefício para a administração pública.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratação pública para aquisição de fardamentos pode gerar impactos ambientais significativos. O processo de produção de vestuário envolve o uso de recursos naturais, como água e energia, além da emissão de gases de efeito estufa. Além disso, muitos tecidos são feitos de fibras sintéticas, que não são biodegradáveis e podem poluir o meio ambiente.

A indústria têxtil também é conhecida por seu uso intensivo de produtos químicos, que podem ser prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana. Esses produtos químicos podem contaminar os recursos hídricos e o solo durante o processo de produção e também após o descarte dos fardamentos.

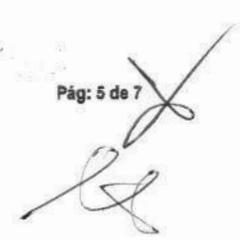
Além disso, o descarte inadequado de fardamentos pode contribuir para o problema do lixo têxtil. Muitas vezes, as roupas são descartadas em aterros sanitários, onde podem levar centenas de anos para se decompor. Isso não apenas ocupa espaço valioso, mas também pode liberar gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas.

Para mitigar esses impactos, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE pode optar por fardamentos feitos de materiais sustentáveis, como algodão orgânico ou fibras recicladas. Além disso, pode-se incentivar a reciclagem ou reutilização de fardamentos antigos, reduzindo assim a quantidade de resíduos gerados. A adoção de práticas de compras sustentáveis pode desempenhar um papel importante na minimização dos impactos ambientais associados à produção e ao descarte de fardamentos.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto em questão não é correlato e nem interdependente. Isso significa que sua existência ou funcionamento não depende de outro objeto ou fenômeno, nem está relacionado a eles de maneira significativa.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO





A administração deve realizar um planejamento detalhado, identificando as necessidades específicas de fardamento da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Este planejamento deve incluir a quantidade, especificações técnicas, prazos de entrega e demais condições necessárias para a execução do contrato.

É necessário realizar uma pesquisa de mercado para identificar os possíveis fornecedores e os preços praticados. Esta pesquisa ajudará a estabelecer o valor estimado do contrato e a definir os critérios de julgamento das propostas.

O edital de licitação deve ser elaborado de forma clara e objetiva, contendo todas as informações necessárias para que os interessados possam apresentar suas propostas. O edital deve prever a possibilidade de registro de preços para futuras e eventuais aquisições.

A administração deve providenciar a capacitação de servidores ou empregados que serão responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Esta capacitação deve abordar aspectos como a legislação aplicável, as obrigações do contratado, os procedimentos de fiscalização e gestão contratual, entre outros.

A administração deve formar uma comissão de licitação, composta por servidores capacitados, que será responsável por conduzir o processo licitatório.

O edital de licitação deve ser publicado em veículos de ampla circulação, conforme previsto na legislação, para garantir a participação do maior número possível de interessados.

A comissão de licitação deve analisar as propostas apresentadas, verificando se atendem às exigências do edital e selecionando a proposta mais vantajosa para a administração.

Após a seleção da proposta vencedora, a administração deve celebrar o contrato.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação de fardamentos para atender às necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE, através do Registro de Preços, é uma ação viável e que está em conformidade com a Lei 14.133 de licitações. Este método de contratação é eficaz para aquisições futuras e eventuais, uma vez que permite a obtenção de bens e serviços de forma planejada, otimizando os recursos públicos e garantindo a continuidade das atividades da Secretaria.

A Lei 14.133/2021, que institui o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, prevê o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de bens e serviços comuns. Este sistema é caracterizado pela realização de uma licitação para registro formal de preços para futuras e eventuais contratações, o que se encaixa perfeitamente no objeto em questão.

A utilização do SRP traz diversas vantagens, como a agilidade nas contratações, a redução de estoques, a diminuição de processos licitatórios e a economia de recursos públicos. Além disso, a Lei 14.133/2021 traz inovações que tornam o processo de contratação ainda mais eficiente e transparente, como a obrigatoriedade de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns.

No caso específico da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE, a contratação de fardamentos através do SRP é uma solução prática e econômica. Os fardamentos são itens essenciais para a identificação e segurança dos servidores, e a sua aquisição de forma planejada e estratégica, através do Registro de Preços, garante a continuidade das atividades da Secretaria, a otimização dos recursos públicos e a conformidade com a legislação vigente.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação pública para o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE é uma estratégia adequada e eficiente para atender a demanda da instituição. Este método de contratação permite que o órgão público tenha uma maior flexibilidade e agilidade na aquisição dos fardamentos, uma vez que o registro de preços permite que a contratação seja realizada de maneira parcelada, conforme a necessidade da Secretaria.

Além disso, o registro de preços também possibilita uma economia de recursos públicos, pois evita a realização de diversas licitações para aquisições de pequenas quantidades, reduzindo custos operacionais e administrativos. O registro de preços também permite uma maior transparência nas contratações públicas, uma vez que os preços registrados são públicos e podem ser utilizados por outros órgãos e entidades que não participaram da licitação, desde que devidamente autorizados.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
153
09



Governo
Municipal
de Acarape

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE
Rua José Guilherme Costa, SN - Centro - CEP: 62785-000 - Acarape\CE
CNPJ: 23.555.170/0001-38 - Tel: (85) 9.8597.7282 - Site:

13
[Handwritten signature]

Por fim, a contratação de fardamentos é de suma importância para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, pois garante a identificação dos servidores, promove a padronização e a organização do ambiente de trabalho, além de proporcionar segurança e conforto aos servidores durante a execução de suas atividades. Portanto, a contratação pública para o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fardamentos é uma estratégia adequada e eficiente para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Acarape-CE.

Acarape-CE, 20 de Janeiro de 2025.

[Handwritten signature]

Raimundo Nonato de Andrade Filho
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ELABORADA
154
RUBRICA
[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE

<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmacarape/etp>
CHAVE: c5ef831f5d34faafc22a23a602cf6e40



[Handwritten signature]



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

NÚMERO DO PREGÃO: <<<N DO PROCESSO>>>

OBJETO: <<<OBJETO>>>

OBSERVAÇÃO: Ao elaborar a proposta de preços, o licitante deverá observar as especificações e detalhamentos dos itens constantes do termo de referência. Havendo divergência entre o detalhamento do Termo de Referência e das especificações constante do sistema BLL Compras, prevalecerá às especificações presentes no Termo de referência anexo I deste edital.

Declaramos, para todos os fins de direito, que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a tributos, encargos sociais e demais ônus atinentes à execução do objeto desta licitação.

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa Carta Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Identificação:

Endereço:

CNPJ nº

Representante Legal:

CPF nº

E-mail:

Validade da Proposta:

_____/____/____ de ____ de ____
Identificação

ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL

Contrato que entre si celebram, de um lado o Município de Acarape, através da Secretaria Municipal de _____, do outro lado, a Empresa _____, para os fins que nele se declaram.

A Prefeitura Município de Acarape, inscrita no CNPJ sob o nº _____, denominada simplesmente CONTRATANTE, através da Secretaria de _____ do Município de Acarape, localizada à _____, _____, neste ato representado pelo(a) seu(ua) Secretario(a), Senhor(a), _____, CPF/MF _____, e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo Sr(a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____, resolvem firmar o presente contrato, tendo em vista o resultado do processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº _____, processo administrativo nº _____, com base nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente contratação decorre de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, com destaque para o artigo 72 e para o inciso II do artigo 75 do respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

1.2. A presente contratação decorre de acordo com o Decreto Municipal nº 010/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente Contrato tem por objeto a _____, nas quantidades, especificações e condições indicadas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VR. UNITÁRIO R\$	VR. TOTAL R\$
1					

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que porventura possam recair sobre o Município.

3.2.2 – O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO CONTRATUAL

4.1 - O presente contrato terá duração até ____ de ____ de _____, contado a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento da Secretaria Municipal de _____ da Prefeitura Municipal de Acarape, exercício _____, na seguinte classificação:

- Secretaria Municipal de _____

Projeto Atividade: _____

Elemento de Despesas: _____

Fonte de Recurso: _____

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

g) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições



de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

- a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
- e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
- h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
- i) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- j) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- k) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- l) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- m) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;

- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 - São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n.14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por _____, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

10.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Acarape, no Estado do Ceará, como o competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato.



E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes.

Acarape, ___ de _____ de _____.

<NOME DO SECRETARIO GESTOR>
SECRETÁRIO DE _____
CONTRATANTE

<NOME DA EMPRESA>
<CNPJ nº >
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

CPF _____

2. _____

CPF _____

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

- a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Acarape, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) Declaração, sob as penalidades cabíveis, que a licitante não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, e da inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Declaração, para todos os fins que atendemos aos requisitos de habilitação e de que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- d) Declaramos, que cumprimos todas as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) Declaramos expressamente, total concordância com os termos do Termo de Referência / Projeto Básico e de seus anexos; e
- f) Declaração, para todos os fins que a proposta econômica apresentada, compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE), _____ de _____ 20_____.

DECLARANTE



ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº _____
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o **Município de Acarape/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 23.555.170/0001-38, com sede na Rua José Guilherme Costa, 100, Centro, Acarape/CE - CEP: 62.785-000 - Acarape - Ceará, através da **Secretaria de** _____, neste ato representado pela Sr(a). _____, doravante denominado ORDENADORA DE DESPESAS, considerando o julgamento da **DISPENSA DE LICITAÇÃO/REGISTRO DE PREÇO Nº** _____, com a homologação datada de _____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) signatária(s), conforme relação constante no anexo II desta ata registro de preços, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente ata a _____, conforme especificações contidas nesse Termo de Referência, constante do anexo I do edital do **DISPENSA DE LICITAÇÃO/REGISTRO DE PREÇO Nº** _____, no qual restaram classificados em primeiro lugar o(s) licitante(s) signatário(s) nominado(s) nos anexos I e II desta ata de registro de preços.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O Órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de _____.

3. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.6. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES:

3.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.6.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.6.1.

3.6.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.6.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada

exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.3.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.4. O registro a que se refere o item 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.3.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro



do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.6 observando seus subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.10, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiverem seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e em seus subitens, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.4. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos na Resolução Nº 009/2025, de 26 de janeiro de 2025.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.5, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes habilitados, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;



9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Resolução Nº 009/2025, de 26 de janeiro de 2025.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.2. As sanções também se aplicam aos licitantes remanescentes no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Acarape/CE, <<<DATA>>>

<<<NOME DO GESTOR>>>
GESTOR(A)
<<<ÓRGÃO>>>
ORDENADORA DE DESPESAS
GERENCIADOR(A)

<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE>>>
<<<CPF Nº.>>>
DETENTORA

TESTEMUNHAS



1. _____ CPF Nº. _____

2. _____ CPF Nº. _____

ANEXO I – REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS, ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS, QUANTITATIVOS, MARCAS E EMPRESAS FORNECEDORAS

Este documento é parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____**, celebrada entre o Município de Acarape/CE e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item.

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VR. UNITÁRIO R\$	VR. TOTAL R\$	DETENTORA



ANEXO II – RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

Lote Único – Cadastro de Reserva

- ***Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:***

1. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº.: ____
ENDEREÇO: ____
TELEFONE: ____
EMAIL: ____
REPRESENTANTE: ____
CPF Nº.: ____

2. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº.: ____
ENDEREÇO: ____
TELEFONE: ____
EMAIL: ____
REPRESENTANTE: ____
CPF Nº.: ____

- ***Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:***

3. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº.: ____
ENDEREÇO: ____
TELEFONE: ____
EMAIL: ____
REPRESENTANTE: ____
CPF Nº.: ____

4. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº.: ____
ENDEREÇO: ____
TELEFONE: ____
EMAIL: ____
REPRESENTANTE: ____
CPF Nº.: ____